

Temor dos banqueiros não reflete a verdade

12 OUT 1984

Alinda Ext

JORNAL DE BRASILIA

Nova Iorque — A crise da dívida latino-americana, em torno de 360 bilhões de dólares, que há um ano causava temores de calamitosas consequências internacionais, parece um pouco menos monstruosa agora, quando entra em uma fase menos aguda.

Os bancos credores, entretanto, se mostram pessimistas e não estão facilitando grandes somas em novos empréstimos aos países devedores, mas alguns fatores cruciais mudaram desde o ano passado.

De qualquer modo, os países devedores reduziram drasticamente a contratação de novos débitos, ao mesmo tempo em que lutam com o problema de pagar os enormes acúmulos de capitais e juros resultantes de créditos anteriores.

Enquanto isso, os bancos internacionais estão concedendo prorrogação para que esses países consigam fazer frente a suas obrigações de mora. No mês passado, por exemplo, deram ao México um prazo de 14 anos para pagar algumas de suas dívidas em lugar do período anterior de seis anos. A Venezuela chegou a um acordo semelhante com os bancos. Comenta-se que o Brasil e possivelmente a Argentina obterão benefícios iguais.

Apesar disso, fontes bancárias observam que tais prorrogações não constituem a solução definitiva do problema. Antecipam que os países devedores ainda terão dívidas de bilhões de dólares quando forem vencidas as prorrogações, nos próximos dois decênios.

"Sem dúvida, esta dívida não cairá no esquecimento, como aconteceu com a dívida da primeira guerra mundial", declarou a fonte. Alemanha, Grã-bretanha, Itália, França e outros países ainda devem milhões de dólares aos Estados Unidos, decorrentes da guerra de 1914 - 1918. O Tesouro dos Estados Unidos tem os números em dia, mas não faz nenhuma gestão para cobrar. Ao contrário, os países devedores gozam de uma excelente reputação creditícia.

Calcula-se que os bancos norte-americanos são os credores de 37 por cento da dívida latino-americana, bancos japoneses de 20 por cento, bancos canadenses de oito por cento e franceses de cinco por cento.

A curto prazo, as perspectivas para alguns dos países devedores não são muito boas, mas, para outros, acontecimentos imprevisíveis poderiam retroagir a crise a seus piores momentos iniciais.

Um forte aumento do preço do petróleo, por exemplo, pode causar graves problemas a países importantes como o Brasil. Em compensação, uma baixa brusca do preço do petróleo daria um grande golpe nos países exportadores, como Venezuela e México.

Devido aparentemente a essas incertezas, os bancos comerciais internacionais evidenciam menos otimismo em relação aos países devedores latino-americanos do que demonstravam há um ano.

Uma pesquisa de uma centena de bancos efetuada a cada seis meses pela revista financeira norte-ame-

ricana **Institutional Investor** indica que a confiança que estes têm nas nações latino-americanas baixou de 24,9 há um ano para 22,3 no mês passado.

A revista pede aos bancos que expressem em números a reputação financeira de cada um dos 109 países entre um valor máximo de 100 e mínimo de zero. Os Estados Unidos encabeçam a lista, com 95,6, enquanto a Coreia do Norte é a última, com 3,8.

Entre os grandes devedores latino-americanos, somente o México conseguiu melhorar sua classificação na pesquisa (de 34 para 38,10 nos últimos doze meses). A revista observa que "depois de implementar medidas de austeridade, o México cumpriu as metas fixadas pelo plano de estabilização do Fundo Monetário Internacional, reduziu os gastos públicos e os créditos externos, ao mesmo tempo que manteve os salários sob controle".

A **Institutional Investor** comenta ainda em sua edição de setembro que "Argentina e Peru se destacaram como os novos meninos - problema da região".

Em outro estudo divulgado no mês passado, o Chemical Bank de Nova Iorque, um dos mais importantes dos Estados Unidos, que trata com severidade os problemas econômicos da América Latina, assinala que na região, em conjunto, a renda real per capita está atualmente entre 12 e 13 por cento abaixo do nível de 1980.

O problema principal consiste em se encontrar a forma de pagar dívidas e juros anteriores. "Já que os juros a serem pagos sobre a dívida existente da região somam quase 40 bilhões de dólares, é evidente que continua uma transferência nata de recursos da América Latina para seus credores", afirma o Chemical.

Outras fontes dizem que o panorama melhorou notavelmente para os dois devedores mais importantes da região, Brasil e México.

O Brasil, além de ser o maior país da América Latina, tem também a maior dívida externa de todos os países em desenvolvimento — mais de 100 bilhões de dólares.

As perspectivas econômicas melhoraram muito este ano. O governo espera conseguir um superávit de 11 bilhões de dólares no comércio externo, ou seja, dois bilhões a mais do que havia previsto a princípio, quando iniciou uma campanha para reduzir as importações e fomentar as exportações.

Depois de prolongadas discussões com o Fundo Monetário Internacional, o Brasil adotou medidas de austeridade que incluem redução de subsídios e gastos públicos.

Os negociadores da dívida externa brasileira esperam obter condições favoráveis na renegociação de dívidas que vencem em 1985. Entretanto, a inflação, que atualmente se eleva a 200 por cento ao ano, continua sendo um problema.

O Brasil escolherá um novo presidente dia 15 de janeiro e os candidatos dos dois partidos em disputa prometeram conseguir a recuperação econômica e a renegociação da dívida, sem entrar em detalhes a respeito de seus planos.